

## Como não podemos olhar do mesmo modo para certas coisas<sup>1</sup>

### How to look to things differently

Ana Claudia Camuri

Universidade Santa Úrsula; Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

#### **RESUMO:**

O presente artigo consiste em uma crítica à historiografia tradicional sobre a tortura a partir da perspectiva genealógica de Michel Foucault. Baseados neste autor, consideramos que para traçar a história das práticas de tortura é preciso traçar a história política das transformações dos métodos punitivos em correlação com uma tecnologia política do corpo. Por esse caminho, entendemos que a emergência da tortura está sempre vinculada às relações de poder/modos de governo (de si e dos outros), que se apresentam de diferentes formas ao longo da história. Para alcançar essas diferenças efetuamos um mapeamento das descontinuidades em torno da prática da tortura no período que vai do século XII ao XXI. O campo de problematização engendrado por esse olhar genealógico facultou pensar a tortura de três modos principais e nem sempre mutuamente exclusivos: a tortura legitimada pelo poder real; a tortura supostamente abolida e efetivamente redistribuída nas sociedades disciplinares; a tortura utilizada como tecnologia biopolítica de governo das condutas - dos regimes ditatoriais aos democráticos -, em que fazer viver e deixar morrer são duas faces de uma mesma moeda.

**Palavras-chave:** tortura; Direitos Humanos; governo das condutas; biopolítica.

---

#### **ABSTRACT:**

This paper consists of a critique to the traditional historiography on torture from the genealogical perspective of Michel Foucault. Based on this author, we believe that to trace the history of torture is necessary to draw the political history of the transformations of punitive methods in correlation with a political technology of the body. In that way we believe the emergence of torture is always bound to the relations of power/modes of government (of itself and others), which are presented in different ways throughout history. To achieve these differences we carried out a mapping of discontinuities around the practice of torture in the period from the century XII to XXI. The field of problematic engendered by this genealogical look has allowed thinking the torture in three major ways, and not always mutually exclusive: torture legitimized by the real power; torture supposedly abolished and effectively redistributed in disciplinary societies; the torture used as a bio-politics technology of government of behaviors - from dictatorial regimes to democratic ones -, in which to live and let die are two sides of the same coin.

**Key-words:** torture; Human Rights; government of behaviors; bio-politics.

---

Começo a minha fala como comecei o texto da tese, discutindo “*como não podemos olhar do mesmo modo para certas coisas*”. Falar disso é falar de história, ou melhor, das descontinuidades históricas. Hoje é dia 30 de março de 2016. Há 52 anos,

nesta mesma data, algumas forças conspiravam a favor do Golpe civil-militar de 1964, que se concretizou no dia 01 de abril, apesar da data ter sido oficializada como 31 de março. Essas forças conspiraram juntas por 21 anos.

Hoje passamos por um momento muito delicado em todo o mundo, mas, ao voltarmos nossa atenção para o Brasil, em especial, vemos, ouvimos e sentimos muitas forças conspirarem também. Há os que estão com medo de um novo golpe e, para nossa tristeza, há os que o desejam. Há muitos outros desejos circulando também. O que se sabe mesmo, é que a confusão é grande! A cada dia surgem novas análises dos especialistas de plantão, na academia ou na mídia, mas nem todos conseguem perceber que a história não se movimenta em um contínuo ordenado, nem em constante progresso, como diria Michel Foucault; por isso mesmo, ela não tem como retroceder e voltar a ser o que foi um dia.

Quando afirmo que a história não está retornando daquela mesma maneira, não nego que aquelas histórias ocorridas nos anos de chumbo ainda nos assombrem, como um filme terror, pois isto é justamente o que foi: “terror de Estado” - em sua mais pura concepção, se é que alguma concepção é pura.

Poucos têm conseguido perceber que as chaves de leitura utilizadas para entender o mundo das bipolaridades que regiam os tempos de guerra fria e algumas antigas estratégias de combate não nos servem mais. Ambos, as antigas chaves de leitura e as estratégias de ontem, não dão mais conta da multiplicidade de forças que estão em campo hoje. Tem sido difícil encontrar aqueles que têm conseguido manter a capacidade inventiva ativa, produzir análises e intervenções que valorizem as rupturas, as diferenças, as discontinuidades e as resistências - alguns desses poucos estão aqui hoje na minha banca e na minha platéia.

Podemos aqui também convidar, para esse encontro, Gilles Deleuze, que afirma que toda repetição carrega sua diferença. Portanto, penso que o que melhor podemos fazer, no presente, é mapear as forças que estão em jogo, mapear as discontinuidades e diferenças daquela época para cá, cartografar as mudanças de curso de algumas antigas forças, conhecer outras que entraram na cena nos últimos 50 anos e, sobretudo, enxergar nessas forças, quais são aquelas que resistem, pois “lá onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 1993: 91).

Não podemos desistir por preguiça de construir novos modos de pensar e de combater. Também não devemos deixar que as forças hegemônicas continuem nos governando pelo medo, continuem nos conduzindo como um pastor conduz suas

ovelhas. Enquanto não criarmos novos modos de governo de si e do outro, outras formas de nos relacionarmos e resolvermos os conflitos sociais, continuaremos a ser voluntariamente servis cordeirinhos.

Olhar para a história serve não para pegarmos um modelo de antes para replicar agora, mas serve, sobretudo, para ativarmos em nós a potência de perseverar, como diria Espinosa (2007): “a vida insiste em perseverar”.

É acreditando que a vida insiste em perseverar e na força de resistir que cada um de nós tem, que dediquei essa tese a três mulheres lindas que fazem parte da minha história pessoal e da nossa história brasileira, pois, corajosamente, cuspiram na cara de “generais de três estrelas que ficavam atrás da mesa com o cu na mão”, como diria o filósofo Renato Russo: Cecília Coimbra, Vera Vital Brasil e Regina Neri (que virou estrela, mas está presente em minha memória afetiva e através dos escritos que deixou).

Essas três mulheres sobreviveram à ditadura civil-militar e superaram suas dores e perdas para afirmar uma atitude ética e política em suas existências e na psicologia. Assim como elas, muitos outros resistiram e, se eles conseguiram, em situação muito mais adversa do que aquela em que nos encontramos hoje, nós também podemos conseguir.

Também dediquei a tese ao meu pai, que, nos últimos anos, tem também corajosamente ressignificado suas próprias memórias da ditadura por meio de nossas conversações.

Portanto, hoje, nessa defesa de tese, “descomemoraremos” o Golpe de 1964, que se desdobrou em um período de duas décadas no qual muitas pessoas foram presas, torturadas, assassinadas e desaparecidas. Hoje também convoco a todos aqui presentes a conspirarem, no sentido de respirar juntos novos ares, de reunirmos a potência afetiva e alegre que se produz nesse nosso encontro para pensarmos juntos como queremos nos governar.

E quando de falo de governo, não estou falando de governo em suas três esferas (federal, estadual e municipal). Também não estou falando do tipo de governo feito por determinando partido ou representante político. Estou falando da conduta ética que cada um tece para si e que passa a ser a estética de sua existência, sua própria obra de arte.

E tudo isso é uma questão política, não de política partidária, mas política no sentido de desenvolvermos uma atitude crítica diante do que se apresenta como realidade, analisando em que condições e circunstâncias emergiram esses valores já dados. É político porque se trata de uma luta contra as forças em nós que podem

obstruir as nascentes do devir, do diferir, da criação, impossibilitando a emergência do novo. É político também porque se trata da construção de uma polis onde possamos inventar novos modos de governo de si e do outro que não necessariamente passem pelo modelo Estatal, seja ele militar, monárquico, imperial, parlamentar ou democrático. É, temos que questionar também a democracia que, como José Saramago dizia, está aí “como uma santa no altar de quem já não se esperam milagres”<sup>2</sup>.

A hora que entendermos que o que vivemos hoje não é responsabilidade de um partido ou de alguns representantes partidários, ou ainda de pessoas de mau caráter ou corruptas que cometem práticas isoladas, e sim do modo de governar que emerge na modernidade e que chamamos de Estado, Estado este que se fundou e se mantém ativo pela violência e pelas desigualdades sociais, só nessa hora, poderemos estar abertos para a construção de novos mundos possíveis.

E o que isso tudo tem haver com tortura?

Tudo.

Portanto, a tese que ora vos apresento, *A tortura no teatro dos castigos: do palco à coxia*, consiste em uma crítica à historiografia tradicional sobre a tortura a partir da perspectiva genealógica de Michel Foucault. Baseados neste autor, consideramos que para traçar a história das práticas de tortura é preciso traçar a história política das transformações dos métodos punitivos em correlação com uma tecnologia política do corpo. Por esse caminho, entendemos que a emergência da tortura está sempre vinculada às relações de poder/aos modos de governo (de si e dos outros), que se apresentam de diferentes formas ao longo da história. Para alcançar essas diferenças efetuamos um mapeamento das discontinuidades em torno da prática da tortura no período que vai do século XII ao XXI. Nossas análises foram distribuídas a partir dos três modos de governo apontados por Foucault: poder soberano, poder disciplinar e biopoder. O campo de problematização engendrado por esse olhar genealógico facultou pensar a tortura de três modos principais e nem sempre mutuamente exclusivos: a tortura legitimada pelo poder real; a tortura supostamente abolida e efetivamente redistribuída nas sociedades disciplinares e a tortura utilizada como uma tecnologia biopolítica de governo das condutas - dos regimes ditatoriais aos democráticos -, em que fazer viver e deixar morrer são duas faces de uma mesma moeda. Apontamos variados segmentos populacionais que têm sido alvo do governo das condutas mediante a prática da tortura, mas demos destaque especial ao segmento da infância, em função de ele aparecer de forma intensa e recorrente em nossa história.

Lembro que a história, aqui, não é vista como uma fatalidade, mas em permanente construção. Afinal, por que discutiríamos a tortura legal na idade média e sua suposta abolição na modernidade, senão para pensar como as práticas de tortura se configuram atualmente e como podemos criar estratégias para enfrentá-las?

Nesse sentido, a segunda parte do texto foi dedicada à “*tortura judicial, o corpo supliciado e o poder soberano*”. Nela observamos que, entre os séculos XII e XVIII, a tortura foi um instrumento legitimado pelo poder real - por toda a Europa e também em suas colônias -, utilizado como um meio de produção de provas criminais durante o processo jurídico. Ela também era empregada na forma de pena por meio dos suplícios que levavam à execução do condenado. O poder do rei, por conseguinte, fazia morrer e deixava viver. Nessa parte, assinalamos ainda, especialmente nos escritos de Foucault, a relação da tortura e da confissão com a verdade, marcando a emergência de formas de “produção da verdade” a partir do modo como o corpo é inserido nos rituais de poder.

Na sequência, temos a parte três, “*Redistribuição dos castigos, a alma do condenado e o poder disciplinar*”. Nela nos concentramos no cenário do final do século XVIII e de todo o século XIX para discutir a emergência dos direitos humanos, dos movimentos de abolição da tortura e da reforma dos códigos penais europeus que, em uma confluência de forças, produziram a reconfiguração no sistema de tolerância aos ilegalismos. Este último, por sua vez, foi acompanhado de uma “redistribuição dos castigos”, e não por uma abolição dos castigos - como eventualmente se afirma na história tradicional. O principal dispositivo de governo de condutas utilizado nesse período foi a internação em instituições de privação de liberdade, que visavam não mais a marcar o corpo até a morte em praça pública, mas a alcançar a alma dos condenados por meio da disciplina, do adestramento, da docilização dos indivíduos atrás de muros e grades.

Por fim, na última parte, “*A tortura ilegal, vidas descartáveis e biopoder*”, as cronologias se repetiram em relação à parte anterior; adicionamos, entretanto, outro plano de análise a partir da leitura foucaultiana sobre as mudanças que ocorreram nesse mesmo período a partir da emergência de um novo personagem, a “população”, assim como dos mecanismos de segurança utilizados para controlá-la e normalizá-la. Pudemos perceber que não mais interessava tão somente o controle de cada indivíduo, mas, correlativamente, o da população inteira. Conquanto esse processo seja um desdobramento do primeiro (o do disciplinamento dos corpos), foi mais ambicioso ainda, pois se tratava de um projeto de normalização de toda a sociedade. Com isso,

vimos a emergência das biopolíticas, ou seja, de novas tecnologias de governo nas quais o poder se apropriou da vida de tal forma, que ela deveria passar a ser controlada em todos os níveis.

Foi também necessário entender como funciona a razão de Estado na modernidade. Os conceitos de “racismo de Estado” (FOUCAULT) e de “estado de exceção” (AGAMBEN) foram essenciais para discutirmos os direitos humanos e a prática da tortura enquanto componentes das tecnologias do governo de condutas nos séculos XX e XXI, quando “fazer viver e deixar morrer” são duas faces de uma mesma moeda.

Por fim, observamos que a prática de tortura jamais foi abolida e tampouco se limitou aos regimes totalitários - ela coexiste com os regimes democráticos contemporâneos.

No Brasil, a violência institucionalizada (especialmente a tortura), ao menos, aparentemente, não faz mais parte das políticas oficiais do Governo estatal; entretanto, em tempos de biopolíticas tão velozes quanto os fluxos do capital e de “estados de exceção recorrentes”, a tortura é uma tecnologia de governo de condutas “oficiosa”; ou seja, não tem caráter oficial, mas emana de fontes oficiais. Tempos estes onde a prática da denúncia e da delação premiada apenas “humanizam” e “despistam” a tortura regular e permanente dos encarcerados infratores dimensionados como delinquentes, como afirma o pessoal do Nu-Sol.

Definitivamente não estamos no apogeu das conquistas em relação à garantia de direitos só porque temos uma infinidade de organizações, de normativas (inter)nacionais e de políticas públicas voltadas para esse campo.

Por isso mesmo, fez-se necessário, ao longo da presente tese, profanar a Convenção Contra a Tortura, bem como qualquer outra tecnologia produzida pela ONU e sacralizada pelos adoradores das normas, que não passam de doutrinadores e sacerdotes continuístas-evolucionistas que teimam em tentar apagar os “pequenos” detalhes incômodos da história. Para quem não lembra, o 1º artigo da convenção diz o seguinte:

*O termo ‘tortura’ designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por*

*sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.*

Esse pequeno “detalhe” presente no final do 1º artigo nos faz levantar mais e mais questionamentos: é essa a superioridade do direito estatal em relação ao direito real? Foi assim que o direito evoluiu e se aperfeiçoou? Quando o uso da tortura está protegido sob a alcunha de “sanções legítimas”, ele ainda é “ilegal”? Como uma sanção ganha o status de “legítima”? Podemos realmente afirmar que a tortura foi abolida legalmente, quando a própria letra da lei abre exceções para que ela seja praticada? Poderíamos considerar um avanço ter uma normativa internacional que, no mesmo artigo em que proíbe a tortura, a permite? Por que se continua a repetir o artigo 1º da Convenção como um “mantra”? A quem a Convenção da ONU pretende proteger?

Portanto, provooco a todos que continuam apostando em lutas que propõem nada mais nada menos do que a mera a reforma do Estado, a lembrarem que aquilo que temos pedido para “melhorar” é justamente o que foi produzido por um processo de governamentalização do Estado e que se sustenta em uma tecnologia biopolítica que tem levado, desde o século XIX até os dias atuais, ao aprisionamento em massa, à tortura e até mesmo ao extermínio de determinados segmentos populacionais.

Segundo Deleuze, as narrativas de Primo Levi sobre os campos de concentração nazistas mostram que o lá acontecido introduziu em nós “a vergonha de ser um homem”. Não é que o autor diga que somos todos responsáveis pelo nazismo, mas sim que fomos manchados por ele. E, desse modo, temos “vergonha por ter havido homens para serem nazistas, vergonha de não ter podido ou sabido impedi-lo, vergonha de ter feito concessões” (DELEUZE, 1992: 213). A tudo isso Levi chamou de “zona cinza”. Deleuze ainda diz que a vergonha de ser um homem pode ser experimentada em outras circunstâncias, como, por exemplo, “diante de uma vulgaridade grande demais no pensar” (DELEUZE, 1992: 213).

Hoje muitos pensam ser livres porque vivemos em um “Estado democrático de direito”. Vivemos mesmo? Os mesmos que pensam que sim, que assim vivemos, são também aqueles que acreditam que devemos confiar o governo de nossas vidas ao Estado. Entretanto, se, como afirma Agamben (2004), todo estado é estado de exceção e se, como assevera Foucault (1993), o Estado funciona de forma sangrenta,

justificando seus atos como “sanções legítimas”, demonizando e tornando inimigos aqueles que atrapalham a manutenção da ordem estabelecida, só podemos concluir que esse Estado moderno, mesmo quando se diz democrático, pode ultrapassar qualquer limite. Pois, afinal, qual seria o limite do Estado, se é o Estado que define seus próprios limites?

Perguntamo-nos ainda: o que mais é preciso acontecer para que possamos sair do plano das denúncias encaminhadas às instituições que cometem cotidianamente a violência denunciada? Ou seja, o Estado e seus parceiros (organizações ditas “não-governamentais”). Até quando continuaremos a pedir por um Estado mais bondoso? Por um Estado que faça cumprir suas leis? Por leis mais severas? Até quando acharemos reconfortante ter organizações internacionais fornecendo tecnologias de governo, monitorando o Estado, nos monitorando e nos dando a tão sonhada justiça que ele não nos dá? Até quando continuaremos a pedir por Estado? Até quando continuaremos a pedir para sermos governados assim? Até quando aceitaremos ser governados por normas que carregam o princípio de legitimação de um campo onde a tortura pode ser justificada? Até quando caminharemos envergonhados por essa “zona cinza”?

Essa minha atitude de profanar organizações como a ONU provavelmente me fará ser atirada na fogueira dos “garantistas” de direitos humanos. Entretanto, mesmo correndo o risco mencionado, acredito que sejam justamente os “pequenos detalhes” que devem ser problematizados. Não para aperfeiçoarmos as normativas e tecnologias de governo (sobretudo as de governo da tortura hoje, que esta na mão de instâncias internacionais ditas “não governamentais”, mas que promovem uma “governamentalidade planetária”), e sim para que possamos pensar na construção de táticas de resistência a determinadas práticas no presente - inclusive a da tortura.

Logo, só nos resta, de modo urgente, construir modos insurgente de governo de nós mesmos, se quisermos continuar a existir, a habitar esse planeta - que também está sendo destruído, por sinal.

Bem, apesar de apenas termos começado a discussão sobre a tortura, o meu tempo chega ao fim. Por isso, na tentativa de finalizar, trago as reflexões de Thiago Rodrigues<sup>3</sup> quando diz que pensar a política numa perspectiva foucaultiana é pensá-la em uma perspectiva agonística. Ficamos, na mesma direção, com o conselho de prudência que Guilherme Castelo Branco (2015) dá quando ressalta que o estado de exceção é uma possibilidade política e jurídica que ocorre às vezes num determinado

país, em certas condições, num período de tempo; porém, mais importante que isso, é lembrar que nunca houve, na história, um estado de exceção que tenha durado séculos, devido às constantes lutas agonísticas das populações.

Na tentativa de nos manter nessa perspectiva agonística, trago um trecho de uma discussão de Foucault (2012:61-62) sobre estratégias de combate em relação ao problema da violência:

*Podemos desafiar a violência escondida para fazê-la sair das formas regradadas às quais ela se encontra totalmente aderida (...) Podemos também proceder ao inverso: (...) baixar o limiar a partir do qual se suporta os [mecanismos de poder] que já existem, trabalhar para tornar mais irritáveis as epidermes e mais renitentes as sensibilidades, aguçar a intolerância aos fatos do poder e aos hábitos que os ensurdecem, fazê-los aparecer naquilo que têm de pequenos, de frágil e, conseqüentemente, de acessível, modificar o equilíbrio dos medos, não por uma intensificação que aterroriza, mas por uma medida de realidade que, no sentido estrito do termo 'encoraje'. [...] Trata-se de multiplicar, no tecido político, os 'pontos de repulsa' e de ampliar a superfície das dissidências possíveis.*

É certo que ainda não conseguimos baixar tanto assim esse limiar a partir do qual suportamos os mecanismos de poder que existem; ao contrário, alguns tem pedido cada vez mais por eles. Mas não podemos desanimar. Só precisamos nos preparar melhor. Para novas guerras se exigem novas táticas, estratégias originais e melhores armas. Afinal, quando nos vemos diante de uma batalha, o melhor que podemos fazer, se queremos continuar nela, se queremos continuar vivos, é escolher alguns bons guerreiros para lutar conosco.

Não foi à toa que hoje me cerquei de alguns deles, para pedir-lhes que me ajudem a pensar em como fortalecer minha potência, em como ampliar minha capacidade inventiva, para que, em meus próximos “ditos e escritos”, eu possa efetivamente me aproximar das ideias abolicionistas e anarquistas que estão apenas esboçadas timidamente nesta tese, esperando, com isso, conhecer outros modos de pensar e de viver que sejam, efetivamente, libertários.

## **Referências**

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

CASTELO BRANCO, Guilherme. *Michel Foucault: Filosofia e Política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: *Segurança, Penalidade, Prisão*. Organização e seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (Ditos e Escritos; 8), p. 61-62.

SPINOZA, Benedictus. *Ética*. Tradução e notas de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

Ana Claudia Camuri  
Docente da Universidade Santa Úrsula e Professora. convidada do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica da UERJ.  
E-mail: anaclaudiacamuri@yahoo.com.br

---

<sup>1</sup> Este texto é uma versão revisada da fala de apresentação da defesa de tese de doutorado ocorrida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 30 de março de 2016. A autora realizou a pesquisa com auxílio da FAPERJ.

<sup>2</sup> SARAMAGO, José. Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em 2005.

<sup>3</sup> Entrevista com Thiago Rodrigues para Revista Ecopolítica da Puc/SP, maio-agst. de 2013, nº 06. Gravada em 15/07/2013. Duração: 29 e 08 min. Acesso no link: <<http://vimeo.com/couchmode/user9403359/videos/sort:date/76138304>>. Acesso em 05 abr. 2014.